

PRECONCEITO DE GÊNERO NA ENGENHARIA CIVIL: O CASO ENEDINA E O RESPEITO CONQUISTADO PELAS ARMAS

Caroline Urias Challouts¹, Tânia Maria Gomes da Silva ²

¹ Graduanda em Engenharia Civil. Bolsista de iniciação científica pela UNICESUMAR. Bolsista do Programa de Iniciação Científica do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia (ICETI/UNICESUMAR). E-mail: carolineuchallouts@gmail.com

² Docente do Programa de Mestrado em Promoção da Saúde do Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR). Bolsista produtividade em pesquisa do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia (ICETI/UNICESUMAR). E-mail: tania.gomes@unicesumar.edu.br

RESUMO

Este artigo se baseia metodologicamente nos estudos de gênero, notadamente nas contribuições teóricas de Scott e Safiotti. Objetiva discutir a desigualdade de gênero entre o homens e mulheres na Engenharia Civil. Sem maiores aprofundamentos, menciona também o preconceito de raça/etnia. Toma como suporte a história de Enedina Marques Alves, a primeira mulher negra a se formar nesta profissão no Estado do Paraná. Diante do preconceito de que era vítima, Enedina precisava ir armada para o campo de obras, a fim de obter o respeito dos colegas. Esta discussão defende que, nos dias atuais, apesar de haver um grande número de mulheres ingressando nesse campo de atuação, a discriminação contra as mulheres nas engenharias, em geral, e na civil, particularmente, ainda é uma realidade, porém se manifestando de forma sutil.

Palavras-chave: Gênero; Feminização das profissões; Engenharia Civil.

1 INTRODUÇÃO

Este texto apresenta uma discussão sobre a desigualdade de gênero nos cursos de Engenharia Civil no Brasil. Para tanto, apresenta a história de vida de Enedina Alves Marques (1913-1981), primeira mulher graduada em um curso de Engenharia Civil no Estado do Paraná e primeira mulher negra formada em Engenharia no Brasil.

Enedina enfrentou muitas dificuldades para ser aceita no meio universitário e, embora tenha se graduado em 1945, não é um equívoco afirmar que, passadas mais de sete décadas, a desigualdade de gênero nessa área ainda persiste.

O discurso tradicional da sociedade patriarcal tende a pensar o sujeito masculino como sendo superior ao feminino. Em todas as sociedades conhecidas e em diferentes temporalidades históricas, as diferenças corporais entre homens e mulheres foram pensadas como uma questão da natureza ou da biologia, instaurando um essencialismo bastante limitador das potencialidades dos sujeitos. Entretanto, estudos atuais têm demonstrado que a maior parte das diferenças comportamentais entre homens e mulheres encontra explicação no âmbito da cultura (SCOTT, 1995). Segundo Scott (1985), gênero permite entender as diferenças entre homens e mulheres como sendo o resultado de um aprendizado cultural e histórico. Para Torrão Filho (2005), gênero surgiu e vem sendo utilizado como uma forma de se opor ao determinismo biológico nas relações entre homens e mulheres, dando-lhes um caráter social (apud TORRÃO FILHO, 2005).

Os estudos de gênero tiveram início na década de 1980, notadamente na França e nos Estados Unidos, e estão em crescimento. Antes de gênero o conceito utilizado pelas teóricas feministas era o de patriarcado. O patriarcado se vincula mais diretamente ao modo de produção capitalista, enquanto gênero se sustenta na cultura como forma de entendimento das desigualdades e é anterior ao patriarcado (SAFFIOTI, 2004).

Ambos os conceitos nos mostram que, na maioria das sociedades, as mulheres e os homens têm papéis sociais previamente demarcados, devendo-se considerar que aqueles reservados às mulheres são sempre os inferiores (SILVA, 2014).

Chimamanda (2017) usa o termo “olhar masculino” como determinante de todas as escolhas da vida de uma mulher, inclusive as profissionais. Desde que nasce a mulher está

sujeita a trabalhos cuja função é servir ao homem. Elas são levadas a acreditar que estas tarefas são impostas a elas por questões biológicas, quando na verdade se tratam de construções sociais, afirma a autora.

Uma das áreas que sempre foi considerada interdita às mulheres foi a área do conhecimento, notadamente do conhecimento científico. Os homens quiseram fazer as mulheres acreditar que elas eram incapazes para o pensamento racional e científico. Desde o início da história da educação das mulheres no Brasil, as grades curriculares dos meninos eram diferentes das das meninas, sendo que enquanto a dos meninos incluíam matérias de geometria e matemática, as meninas aprendiam sobre atividades domésticas (BANDEIRA, 2013).

Os papéis impostos pelo gênero deram origem à ocupação massiva de homens nas áreas das ciências exatas e engenharias, enquanto as mulheres permaneceram responsáveis pelo lar e pelos filhos, e, mais tarde, desempenhando trabalhos considerados de menor prestígio na sociedade (YANNOULAS, 2013). Um dos principais problemas que impedem a igualdade de gênero são as duplas jornadas de trabalho das mulheres, visto que as atividades domésticas continuam sendo, quase que unicamente responsabilidade feminina. Segundo a autora citada, além de principal responsável pelo lar, é também função da mulher o trabalho reprodutivo. É dado a elas, praticamente toda a tarefa de criação dos filhos, sendo que os homens, na maioria das vezes, acabam sendo apenas auxiliares. (YANNOULAS, 2013). A divisão sexual do trabalho, que buscou limitar as mulheres ao espaço privado, e abriu aos homens o espaço público, se constituiu num injusto entrave do ponto de vista do desenvolvimento intelectual.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta comunicação foi realizada a partir dos estudos de gênero e contribuições teóricas de Scott e Safiotti juntamente com uma revisão bibliográfica acerca da vida de Enedina Alves Marques, primeira engenheira do Paraná e primeira engenheira negra do Brasil. O estudo buscou analisar a trajetória de vida da engenheira se atentando situações vividas pela mesma que estão marcadas pela discriminação de gênero e trazendo estas experiências para a atualidade, onde muitas engenheiras continuam prestando as mesmas queixas ou muitas vezes encarando estes acontecimentos machistas como naturais. Conquanto o trabalho não enverede para uma discussão sobre raça/etnia, é impossível desconsiderar que o fato de ser negra se constituiu num agravante aos problemas de Enedina, considerando-se a situação de preconceito racial que caracteriza a sociedade brasileira.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo do artigo é, à partir da retomada da história de Enedina, discutir formas de discriminação de gênero na Engenharia Civil. Embora o número de mulheres ingressando nas Engenharias, em geral, e na Engenharia Civil, em particular, tenha aumentado, o preconceito persiste (YANNOULAS, 2013).

Lombardi (2017) mostra que, no Brasil, a parcela de mulheres matriculadas na graduação presencial de Engenharia passou de 20,1% para 24,4%, em 2012. Na Engenharia Civil, especificamente, 21% das matrículas eram de mulheres. No Brasil, entre 2003 e 2013, o número de engenheiras cresceu 132,2%, passando de 24.554 para 57.022, índice bem superior ao masculino, que foi de 78,3%. (DIAS, 2016). Manteve-se, no entanto, a tendência de menor salário para as mulheres, pois, enquanto 57% dos engenheiros ganhavam mais de dez salários mínimos, 17% mais de vinte salários mínimos, apenas 44% das engenheiras recebiam essa remuneração (LOMBARDI, 2017).

Contudo, esses dados que parecem apontar para uma possível simetria nas engenharias não anulam a divisão sexual do trabalho nessa área, que continua resistente à inserção e integração das mulheres, denunciando o ritmo lento de mudanças nessa esfera profissional, se comparada, por exemplo, com a área do Direito e da Medicina (LOMBARDI, 2017).

Além disso, os salários das mulheres engenheiras também são menores do que os recebidos pelos engenheiros. Outra questão é que elas são menos estimuladas ao trabalho nos canteiros de obras, locais onde teriam maior poder e autonomia, bem como receberiam melhor remuneração. O que se espera de uma engenheira é que ela atue, preferencialmente, em escritórios de projetos. Desse modo, a divisão sexual do trabalho se mantém (SOUSA, GUEDES, 2016).

Defende-se que o preconceito persiste, embora se manifeste de maneira diferenciada daquela vivida por Enedida. Os resultados esperados dessa pesquisa é compreender o que mudou na desigualdade de gênero no ramo da Engenharia Civil, discutindo a importância deste tema e do empoderamento das mulheres engenheiras correlacionando com o cenário vivenciado no passado pela engenheira Enedina, de forma a abordar de maneira mais precisa as mudanças no contexto geral das mulheres frente a sociedade patriarcal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente é possível verificar um avanço das mulheres nas áreas ditas tradicionalmente masculinas, entre estas profissões a Engenharia Civil, enfoque principal deste estudo.

Defendemos que o aumento da participação feminina nesse espaço não fez com que as desigualdades de gênero desaparecessem, já que as discriminações ainda ocorrem de uma forma indireta.

Há uma associação entre o acesso de mulheres em algumas profissões e a desvalorização das mesmas. Assim, quanto maior o número de mulheres em determinada área de atuação menores são os salários e o prestígio social. A isto se dá o nome de Feminização de Profissões.

O maior acesso das mulheres às áreas das engenharias, notadamente na Engenharia Civil, não significa, necessariamente, que elas tenham as mesmas oportunidades dos homens. Com a justificativa de protegê-las de “situações constrangedoras” ou “atividades brutas”, muitas engenheiras terminam deslocadas para espaços de menor “risco”, como os escritórios, bem como os de menor prestígio e remuneração. Esses fatos devem passar a ser discutidos e questionados, buscando a construção de ambientes de trabalho livres de imposições generificadas.

5 REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. **Sejamos todos feministas**. Cidade: São Paulo, Editora: Schwarcz, 2017.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, jan. 2008. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000100020/5530>>. Acesso em: 02 ago. 2019. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100020>.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheiras na construção civil: a feminização possível e a discriminação de gênero. **Cad. Pesqui.** São Paulo, v. 47, n. 163; pp.122-146, mar. 2017.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000100122&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de abril de 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, vol. 20, nº 2, 1995, p. 71-99.

SILVA, Tânia Maria Gomes. Um pouco mais sobre gênero. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, 6. n. 11, jul/dez.2014.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estud. av.**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, Ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de junho de 2019

TORRAO FILHO, Amícilar. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam**. Cad. Pagu, Campinas, n.24, p.127-152. June 2005. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-833320050001000007&lng=en&nrm=iso. Access on 01 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-833320050001000007>.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Trabalhadoras. Análise da Feminização das Profissões e Ocupações** – Brasília : Editorial Abaré, 2013.